



Geopolítica da fome: a armadilha das commodities (1970 a 2021)

Leandro Renato Monerato¹
Leopoldo Fernandes da Silva²
Newton Narciso Gomes Júnior³

Resumo: Este artigo busca analisar a questão social da fome como fenômeno essencialmente político, já que do ponto de vista da oferta, o problema já foi resolvido. Enquanto fenômeno político, focamos nossa análise no fator geopolítico das determinações da fome em dois momentos. O primeiro, na década de 1970, quando ocorrem sucessivos choques do petróleo, o aumento do preço internacional dos alimentos e estes como arma geopolítica do imperialismo mundial, os desdobramentos dessa crise na formação do agronegócio no Brasil e disseminação da fome. Num segundo momento, analisamos a luta do imperialismo pelo controle do petróleo no Oriente Médio, o aumento do seu preço no mercado internacional, o estouro da crise dos alimentos no biênio 2007-2008, a expansão da produção de commodities no Brasil para a produção de biocombustíveis e o impacto disto na produção de alimentos essenciais. Apontamos o caráter contraditório da política adotada pelo PT, na qual, de um lado, fortalecia o agronegócio, especializava a produção e a pauta de exportações, ao mesmo tempo em que, através de um conjunto de políticas sociais, retirava o país do mapa da fome da ONU, demonstrando o caráter deliberado da fome no país, após o golpe de estado de 2016. Contudo, essas políticas sociais são revertidas de forma veloz, recolocando dezenas de milhões de brasileiros novamente em situação de fome. Buscamos argumentar que apenas uma reforma agrária pode garantir alicerces seguros para a conquista das tão almeçadas segurança e soberania alimentares.

Palavras-chave: Geopolítica; Fome; Agronegócio.

The hunger geopolitics: the commodities trap (1970-2021)

Abstract: This article aims to analyze the hunger as essentially a political phenomenon, as the food offering question has already been solved. We highlight the geopolitical factors that lead to hunger as a social problem in two distinct moments. First, in the 1970 decade, when it took place a row of oil shocks, the international food prices have increased and food itself has become a geopolitical weapon to the imperialist power, the results of these crisis are the development of Brazil's agribusiness and the hunger spreading. Secondly, we focus on the imperialism struggle to control the Middle East oil, its price increase in the international Market, the burst of the food crisis in 2007-2008, the commodities expansion in Brazil for biofuel and the impact that it caused in the food production. We underline the contradictory character of the PT politics in which, on one hand, strengthened the agribusiness, expanded the commodities production and its list of exports and, on the other hand, through a set of social politics, took Brazil out of the UN's hunger map, expressing the conscious aspect of hunger after the coup of 2016. However, these social politics are quickly reversed and dozens of millions of Brazilians are, once again, suffering hunger. We concluded that, only through a land reform, the safe guarantees for the accomplishment of food safety and sovereignty can be achieved.

Keywords: Geopolitics; Hunger; Agribusiness.

¹ Doutorando em Geografia pela UNESP-Rio Claro; Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela FUP/UnB e Bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp. E-mail: leandro.monerato@unesp.br

² Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela USP, Mestre e Doutor em História pela USP, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UNICAMP.

³ Professor Associado no Depto. de Serviço Social, no PPG em Política Social, líder grupo de pesquisa Insegurança Alimentar, Fome e Comida de Verdade CNPQ/UnB/SER, pesquisador NEAGRI CEAM/UnB, Pesquisador Instituto Mario Schemberg.

Introdução

Em 2014, o governo de Dilma Rousseff estabeleceu um marco histórico na sociedade brasileira, a retirada do país do mapa da fome da ONU (Organização das Nações Unidas). Entretanto, após o golpe de estado de 2016, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro se caracterizaram pelo desmonte das políticas sociais e a revogação de direitos conquistados a partir da Constituição de 1988, entre eles o direito à alimentação saudável e adequada, instituído em 2010. Em poucos anos, os avanços institucionais e as conquistas sociais no campo da alimentação foram revertidos pela adoção de políticas econômicas neoliberais. Consequentemente, em 2021, face à combinação de crise econômica e sanitária, estima-se que 116 milhões de brasileiros estejam passando fome, ou seja, mais da metade da população sofre de desnutrição.

Diante deste cenário, o problema da fome retornou ao debate político, acadêmico, à imprensa e às mídias sociais. Este artigo busca contribuir neste debate, defendendo que a sua solução é de natureza política. Mais precisamente, abordaremos a dimensão geopolítica do fenômeno, como explicativa da incidência permanente da fome no Brasil. Desse modo, utilizamos fontes de origens variadas para apreender os múltiplos aspectos do problema, em perspectiva geopolítica. Entre elas, podemos destacar a bibliografia sobre a relação entre geopolítica e alimentos; análises estatísticas sobre a produção agrícola brasileira, produzidas por instituições nacionais e internacionais; periódicos da área de saúde coletiva, bem como artigos publicados na imprensa.

O recorte temporal do estudo está demarcado pelos dois episódios mais recentes de ruptura das instituições democráticas no país: o golpe civil-militar de 1964 e o golpe de estado de 2016, que resultou no retorno de um governo autoritário de base militar. Nesse contexto, o eixo analítico se concentra nas mudanças geopolíticas e de inserção do Brasil na ordem mundial nas décadas de 1970 e 2007 em diante, privilegiando as transformações no mercado mundial de alimentos, que ocorreram em sintonia com os acontecimentos no mercado estratégico de energia, bem como seus impactos na produção, comércio e consumo de alimentos.

Na década de 1970, a solução apontada pelos EUA para o problema da fome na periferia do capitalismo consistia na industrialização da agricultura como um meio de aumentar a produtividade da lavoura de alimentos. No entanto, o aumento de produtividade não promoveu a erradicação do problema da fome (RIBEIRO JUNIOR, 2020). Pelo contrário.⁴ Procuraremos demonstrar como nesses dois momentos, o país se consolida como um dos maiores produtores de alimentos no mundo, alcançando safras recordes de cereais, ao mesmo tempo em que aumenta a incidência da fome e desnutrição entre sua população.

Atualmente, a principal categoria de análise sobre a fome se refere a ela

⁴ O autor observa que, atualmente, no mundo uma em cada quatro pessoas passam fome, atingindo quase dois bilhões de pessoas.

Monerato et al.

em termos de segurança alimentar, que se consolidou no estabelecimento da alimentação como um direito social, sob a influência dos conhecimentos desenvolvidos no campo da nutrição e da saúde coletiva. Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 15 de Julho de 2016), a segurança alimentar e nutricional consiste em:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2004).

Neste artigo, argumentamos que, para além da questão da segurança alimentar, a análise do problema da fome precisa incorporar a dimensão geopolítica do fenômeno, que nos leva a pensá-lo em termos de soberania alimentar. Se ambos os conceitos possuem em comum a iniciativa de garantir o direito à alimentação, para Hoyos e D'Agostini (2017), a segurança alimentar se relaciona às propostas formuladas por organismos multilaterais internacionais, enquanto a soberania alimentar, às propostas dos trabalhadores organizados. No contexto da crise dos alimentos de 2007, a Via Campesina, por meio da Carta de Maputo (2008), estabeleceu que a soberania alimentar significa a:

[...] autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p.182).

Esta perspectiva foi elaborada a partir do diagnóstico da crise alimentar de 2007 que, segundo a Carta de Maputo (2008), tinha como fundamento a:

[...] crise geral no coração do sistema capitalista, a qual integra a crise climática, a crise energética e a crise financeira [...] a crise financeira e a crise dos alimentos faziam parte de um mesmo processo, ou seja, estavam vinculadas, tendo em vista o processo de especulação do capital financeiro internacional com relação aos alimentos e à terra" (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p.176).

Nas próximas duas seções, analisamos como estes processos integrados à organização do mercado mundial de alimentos se constituíram no Brasil, na década de 1970 e na atualidade, promovendo a contradição histórica do país ser um dos maiores exportadores mundiais de alimentos e um dos campeões

em desnutrição.

Agronegócio, choque do petróleo e fome nos anos 1970

Após a Segunda Guerra Mundial, o domínio sobre o comércio internacional de alimentos se constituiu em um dos principais instrumentos para a consolidação da nova ordem geopolítica, sob a hegemonia dos EUA. Entre 1950 e 70, o controle governamental sobre os excedentes agrícolas, com a administração de estoques públicos, especialmente sobre os gêneros básicos como os cereais, permitiu a organização de uma política de ajuda humanitária em que o Estado norte-americano distribuía os excedentes agrícolas segundo interesses geopolíticos, mediante contratos a preço fixo, além da doação de alimentos via instituições internacionais, como o Programa Mundial de Alimentos e a USAID (Agência Estadunidense para o Desenvolvimento Internacional). A utilização de estoques públicos e uma política comercial controlada pelo Estado favoreceram a estabilidade dos preços no período (CASTILHOS, 1976).

No final da década de 1960, em meio ao agravamento da guerra do Vietnã, a economia norte-americana entra em recessão, desencadeando uma crise inflacionária do dólar e sua consequente desvalorização no mercado internacional. Entre as medidas adotadas pelo presidente, Richard Nixon (1969-74), a política de ajuda humanitária é reformulada com a redução drástica dos estoques públicos e a transferência do controle sobre os preços dos alimentos no mercado mundial para o agronegócio e as corporações multinacionais de processamento de alimentos (CASTILHOS, 1976).

Os países exportadores de petróleo, especialmente no Oriente Médio, eram dependentes da importação de gêneros alimentícios e foram impactados pela mudança na configuração do mercado de alimentos, que se caracterizou pela flutuação dos preços e o domínio dos interesses privados capitalistas sobre o comércio internacional. O choque do petróleo, em 1973, gerou um conflito entre EUA e países exportadores de petróleo no qual os norte-americanos ameaçavam retaliar o Oriente Médio, pelo embargo e aumento dos preços do petróleo, com o estrangulamento do fornecimento de alimentos, promovendo seu encarecimento no mercado mundial (HENNI, 1976).

A reordenação da política de ajuda humanitária, que foi extinta em 1974, ocasionou o fim da política de preços fixos, conseqüentemente, houve grandes oscilações nos preços dos gêneros básicos, deteriorando as condições alimentares das populações em escala global e colocando em situação de insegurança alimentar metade da população mundial. Segundo estimativas realizadas no período, os preços dos alimentos no mercado mundial aumentaram entre quatro e oito vezes no início da década de 1970 (CASTILHO, 1976). Neste contexto, esta dimensão geopolítica da fome, que atingia os piores níveis desde a Segunda Guerra Mundial, foi mascarada pela difusão de explicações neomalthusianas para o problema alimentar, em que as epidemias de fome

Monerato et al.

foram atribuídas a um suposto excesso populacional, principalmente nos países do sul global.

Nesse sentido, os EUA formularam a explicação de que o problema da fome no mundo se relacionava também à baixa produtividade da agricultura praticada nos países periféricos, propondo como solução para esses países adotarem o “pacote tecnológico” de modernização da agricultura composto pelo assalariamento do trabalho no campo, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, bem como a aquisição de tratores. Este modelo de agricultura foi denominado de “Revolução Verde” e ampliava a dependência dos países periféricos para a esfera de insumos, serviços e bens de capital agrícolas, ampliando a realização dos lucros das empresas multinacionais.

O processo de “Revolução Verde” intensificou as relações assimétricas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, com o recrudescimento do papel do sul global, na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e consumidor de tecnologia e produtos industrializados. Ademais, o “pacote tecnológico” reforçava os vínculos da agricultura com o mercado de energia, principalmente em relação ao petróleo, que apresentava altas expressivas no preço internacional. A “Revolução Verde” foi propagandeada como a solução para o problema da fome, no entanto, sua implementação ocasionou o agravamento das condições alimentares da maioria da população brasileira e a incidência da fome.

No Brasil, no início dos anos 1960, a política desenvolvimentista de substituição de importações, implementada pelos governos populistas desde a década de 1930, havia privilegiado o processo de industrialização e intensificado a urbanização acelerada, que levaram ao aumento do custo de vida. Para Josué de Castro (1984), o campo, em contrapartida, permaneceu estagnado em formas de produção e relações de trabalho de baixa produtividade, com o predomínio do latifúndio e dos sistemas de colonato e parcerias de trabalho. Nesse período, a reforma agrária assumiu um papel relevante nas lutas sociais pelo avanço na democratização da sociedade, notadamente pela organização das Ligas Camponesas.

Neste contexto de turbulência política, o golpe civil-militar se constituiu na saída das elites brasileiras para a manutenção do *status quo* do sistema capitalista no país. A consolidação do regime autoritário teve como um dos pilares a adoção do “pacote tecnológico” para a agricultura, fomentado com recursos públicos, provenientes de empréstimos externos, a modernização do latifúndio monocultor, voltado para a exportação de alimentos.⁵ A partir do choque do petróleo, em 1973, a necessidade de obtenção de dólares no mercado internacional, para cobrir o súbito aumento da dívida externa, reforçou a aposta do governo em financiar a agricultura de exportação quando seus efeitos sociais,

⁵ Este processo foi denominado por José Graziano da Silva (1989) como “modernização conservadora”, pois evitava a reforma agrária e reforçava o latifúndio monocultor.

no campo e na cidade, se evidenciavam pelo aumento do custo de vida e o arrocho salarial, provocando o agravamento da fome e desnutrição no país.

A dissolução das relações de trabalho tradicionais no campo com a implementação do regime de assalariamento provocou a intensificação do êxodo rural para as cidades, onde estas populações encontravam condições precárias de moradia, com a expansão das favelas, e uma inserção instável no mercado de trabalho. A aquisição de tratores, fertilizantes e agrotóxicos aumentou a produtividade da lavoura, no entanto, estimulou a produção de gêneros exportáveis, que se constituíam em insumo para a indústria multinacional de processamento de alimentos, como a soja e o milho, em detrimento das plantações de alimentos tradicionais, como o arroz e o feijão. Esta disputa pelas terras levou à estagnação da produção de arroz e feijão e da mandioca, enquanto as *commodities* para exportação soja, cana e laranja aumentaram significativamente, conforme pode ser visto na Tabela 1, referente à evolução da produção agrícola brasileira entre os anos de 1967 e 1975.

A evolução da produção de alimentos e *commodities* no Estado de São Paulo entre os anos de 1967 e 1975. Os números estão em toneladas e demonstram a estagnação da produção de arroz, feijão e mandioca e, em contrapartida, o aumento significativo das *commodities*, especialmente da soja.

Tabela 1 – Produção Agrícola Brasileira (1967/1975).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA (1967/75)						
Ano	Produtos para o mercado interno			Produtos para o mercado externo		
	Arroz	Feijão	Mandioca	Soja	Cana	Laranja
967	6.792	2.554	27.268	715	77.086	1.376
968	6.652	2.419	29.203	654	76.620	1.422
969	6.394	2.200	30.073	1.056	75.274	1.393
970	7.553	2.221	29.464	1.508	75.752	1.774
971	6.367	2.469	32.019	2.218	80.380	1.840
972	6.500	2.300	28.000	3.400	87.000	2.428
973	7.160	2.231	26.528	5.012	91.994	2.840
974	6.843	2.238	24.715	7.876	96.412	3.280
975	7.537	2.271	25.811	9.892	91.387	3.488

Fonte: II — PND — Setor Agricultura — SUPLAN (—Dados para o Estado de São Paulo)

NOTA: Transcrito do *Jornal do Engenheiro Agrônomo* — Órgão oficial da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

Fonte: MONTEIRO, 1977, p.63.

Monerato et al.

Após a crise do petróleo de 1973, a ditadura civil-militar decidiu fomentar a produção de fontes alternativas de combustível, incentivando a expansão da lavoura canavieira para a produção do etanol, no âmbito do programa PROÁLCOOL. Este fator agravou a concorrência pelas terras de cultivo, aumentando os custos de produção dos alimentos e reduzindo ainda mais sua oferta.

Esta radical transformação no abastecimento de alimentos não se limitou às mudanças na produção agrícola, atingindo o setor de processamento e também de distribuição dos alimentos. A “revolução verde” no campo brasileiro foi acompanhada pelo aumento da demanda por insumos, como a soja e o milho, para a produção de alimentos industrializados pelas corporações multinacionais, que consolidavam sua presença no país, ampliando o comércio de alimentos que, atualmente, são considerados ultraprocessados, devido aos malefícios causados à saúde pela sua inserção nos hábitos alimentares. Esta nova cadeia produtiva dos alimentos demandava novas formas de distribuição de mercadorias por meio das lojas de supermercados, controladas por grandes corporações varejistas internacionais. O primeiro supermercado de uma empresa multinacional foi inaugurado em 1975, o Carrefour, em um contexto de grave crise alimentar. No ano anterior, o governo Geisel (1974-1979) organizou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, reconhecendo que a fome era um problema nacional.

Em 1974 e 1975, o problema da fome assumia grandes proporções devido à combinação da carestia dos alimentos e arrocho salarial nos centros urbanos. Em 1974, o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) concluiu que,

[...]67% da população brasileira apresentava um consumo calórico inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela FAO [...] 46,1% das crianças menores de cinco anos e 24,3 % dos adultos, apresentavam desnutrição proteico-calórica (VASCONCELOS, 1994, p.11).

Ou seja, na década de 1970, a maioria da população não tinha acesso aos alimentos em quantidade suficiente. Esta situação se mostrava ainda mais grave por atingir especialmente as crianças. Em 1973, a Organização Pan-americana de Saúde apontou que 66% dos óbitos de crianças até cinco anos de idade possuíam como causa básica ou associada à desnutrição infantil (MONTEIRO, 1977). Segundo estatísticas do DIEESE, em 1975, compiladas pelo médico sanitário, Monteiro (1977, p.61), “paralelamente à euforia dos redobrados investimentos e alentadas taxas de crescimento da produção [...] o salário do operário de São Paulo [...] conseguia comprar apenas a metade dos alimentos que o mesmo salário comprava em [1965]”.

Estas condições precárias de vida na década de 1970 se transformaram em mobilização social contra o regime autoritário pelo ressurgimento dos movimentos sociais. O principal fator catalisador desse processo foi a luta contra

a carestia dos alimentos, protagonizada pelas mulheres dos bairros periféricos de São Paulo, que colocou em marcha a organização dos trabalhadores pelo fim da ditadura e a redemocratização da sociedade. No âmbito da saúde, organizou-se o movimento pela Reforma Sanitária, que colocou no centro do debate o problema da fome e da desnutrição, afirmando que somente pela democratização e transformação do modelo de desenvolvimento econômico, privilegiando a produção de alimentos para erradicar a fome, seria possível resolver o problema. No entanto, mesmo após a Constituição de 1988, o modelo de agronegócio se fortaleceu e o problema da fome ainda não foi superado, como se verá na seção seguinte.

Guerra pelo petróleo, armadilha das commodities e a volta da fome

Em 20 de março de 2003, uma coalisão militar liderada por Estados Unidos e Reino Unido iniciou uma invasão contra o Iraque. A pretexto da existência de armas nucleares, a guerra tinha o objetivo claro de controlar as reservas de petróleo daquele país. Devido à crescente dificuldade de avançar nesse desígnio, o preço do petróleo inicia uma escalada a partir de 2007. Enquanto em abril deste ano o barril era negociado a US\$ 60, em julho de 2008 ocorreu um pico de US\$140 (UOL, 2008). Concomitantemente, o governo norte-americano lança um plano alternativo de expandir a produção de biocombustíveis. Segundo artigo da revista britânica *The Economist*, *Combustível por amizade* (3 de março de 2007), a meta dos EUA era aumentar para 130 bilhões de litros de etanol na sua matriz energética.

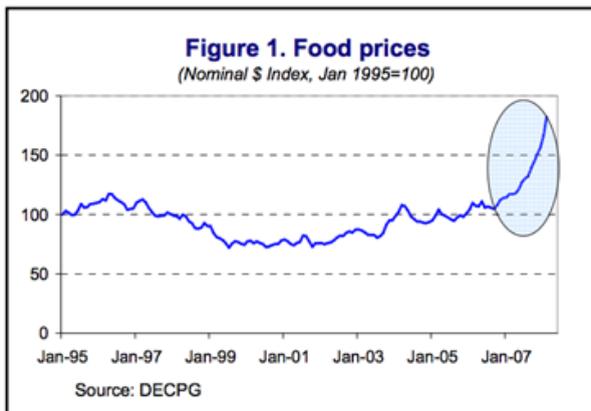
No início de 2007, o presidente George W. Bush visitou o Brasil para negociar um acordo com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando a expansão do plantio da cana-de-açúcar e da produção de biocombustível. Nesse sentido, o governo Lula lançou entre 2006-2011 o Plano Nacional de Agroenergia (PNA) no qual se lê:

O mercado interno de biocombustíveis está consolidado para o etanol. O etanol é utilizado em mistura com a gasolina em até 25% de álcool anídrico. O etanol hidratado é consumido puro ou com qualquer percentual de mistura com a gasolina, nos carros com motor bicombustível. O nível da demanda depende da relação de preço com a gasolina. Quanto ao biodiesel, o mercado está em processo de formação. A dimensão do mercado brasileiro garante o sucesso das iniciativas no tocante à energia oriunda da biomassa. O mercado externo está em formação. Vários países têm programas internos de produção e uso de biocombustível, principalmente em mistura com os combustíveis fósseis. As exportações brasileiras de álcool são evidência de que o mercado internacional de biocombustíveis está engatinhando: a quase totalidade de nossa produção não é utilizada como combustível. É importante para o Brasil organizar, dinamizar e liderar o mercado externo de biocombustível, conforme disposto nas Diretrizes

de Política de Agroenergia do governo federal, que diz: “Liderança no comércio internacional de biocombustíveis. O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem liderar o mercado internacional de biocombustíveis e promover ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além de gerar divisas, consolidará o setor e impulsionará o desenvolvimento do País.” Para levar avante, com sucesso, um ambicioso programa de alianças externas, é crucial reunir a competência governamental à do setor privado para que, juntos, lutem com o mesmo afimco e os mesmos objetivos. É possível afirmar que existem circunstâncias favoráveis para a criação de um mercado internacional de biocombustíveis, começando pela expansão do mercado do álcool e direcionando sua utilização como combustível, pelas seguintes razões: a) Elevação do preço do petróleo e incertezas do seu mercado. b) Crescente preocupação mundial a respeito do meio ambiente, particularmente depois da entrada em vigor do Protocolo de Quioto. c) Em face da elevação do preço do petróleo e da redução sistemática das reservas desse produto, os países têm enfatizado a diminuição da dependência desse combustível em suas matrizes energéticas (PNA, 2006, p.34).

Segundo Manabe e Silva (2010, p.198), “[...] a expansão anual da área cultivada por cana-de-açúcar na BAP [Bacia do Alto Paraguai] teve média de 6,55% entre as safras de 2005 e 2009. Para tal período, foram acrescidos 510,3 km² de cultivo. O maior crescimento percentual anual neste período ocorreu na safra 2007, onde atingiu o número de 17,02%”. Em 2014, a área ocupada pela cana no Brasil já chegava a 8,7 milhões de ha., segundo dados utilizados no Plano Nacional de Expansão de Energia (BRASIL, 2014) (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Preços dos alimentos.



Fonte: FMI.

A evolução dos preços dos alimentos em dólar no mercado mundial. Observa-

se o boom do preço das *commodities*, a partir do ano de 2007.

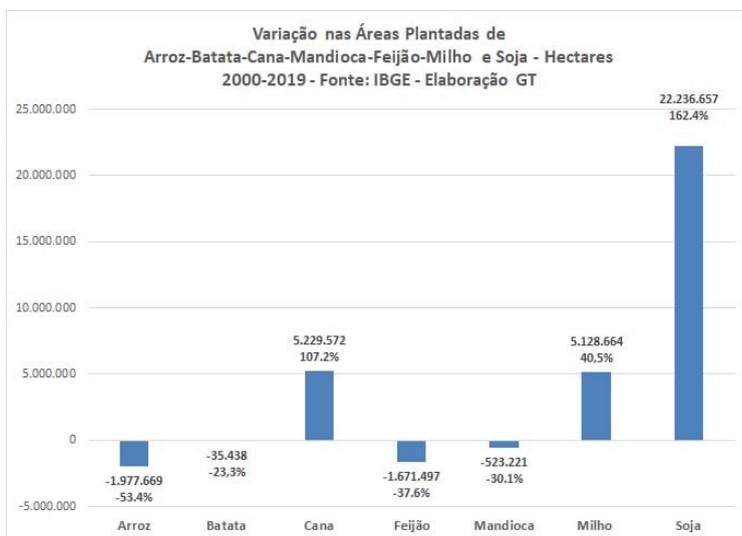
No biênio 2007-2008 estoura a crise mundial dos alimentos, devido à explosão dos preços das *commodities*, acompanhando o aumento do preço de petróleo

O *boom* dos preços das *commodities* incentivou a expansão do cultivo destas no Brasil e garantiu superávit primário tal que, por sua vez, garantiu não apenas ao País, mas a vários países do continente latino-americano com governos progressistas a expansão de seus respectivos programas sociais. Em 2014, o Brasil se vê pela primeira vez fora do mapa da fome da ONU. Ao mesmo tempo, representou uma armadilha na medida em que significou uma especialização da produção e da pauta de exportações.

Conforme demonstra o gráfico elaborado pelo ex-presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Gerson Teixeira, a expansão do plantio de cana, soja e milho teve impacto direto na produção de alimentos como arroz, batata, feijão e mandioca. Importante ressaltar aqui que soja e milho também são, atualmente, fundamentais para a produção de biocombustíveis. Demonstrando a interdependência entre a produção de alimentos e a disputa geopolítica em torno do petróleo.

O Gráfico 2 aponta para a redução na área plantada de arroz, batata, feijão e mandioca e aumento substancial da área plantada de cana, milho e soja.

Gráfico 2 – Variação nas Áreas Plantadas de Arroz-Batata-Cana-Mandioca-Feijão-Milho e Soja – em hectares, entre 2000-2009.



Fonte: BGE- Elaboração GT.

Monerato et al.

O fim do ciclo das *commodities* e a ofensiva do imperialismo contra os governos progressistas no continente iriam conjugar uma crise econômica e política. O golpe de estado contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 representou um rápido e contundente revés. Demonstrando a fragilidade das medidas adotadas até então, os golpistas varreram do mapa todo o conjunto de políticas sociais, levando milhões à fome. Enquanto, conforme o Gráfico 3, cerca de 60 milhões de pessoas passaram fome em 2020, pesquisa mais recente divulgada em abril de 2021 aponta mais de 116 milhões de brasileiros sem comida suficiente (ISTO É Dinheiro, 2021). Mais da metade dos brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar.

Evidenciando o caráter político e deliberado da fome existente no Brasil, os Gráficos 4 e 5 abaixo mostram os estoques públicos de arroz e feijão a partir de 2016 serem reduzidos drasticamente e zerados, respectivamente. Esses estoques reguladores servem para impedir que aconteçam altas especulativas e de desequilíbrio de oferta.

Aliando-se diminuição da oferta desses produtos, como se viu acima no Gráfico 3, a uma política cambial de desvalorização do real frente ao dólar, e assim, ao aumento da exportação desses produtos, houve uma explosão dos preços desses alimentos aos trabalhadores brasileiros. Segundo o IBGE, a inflação dos alimentos nos últimos doze meses anteriores a março de 2021, chegou a 15%. O preço do óleo de soja subiu 87,89%, o arroz subiu 69,80% e a batata, 47,84% (FOLHA, 2021).

Gráfico 3 – Insegurança alimentar no Brasil.

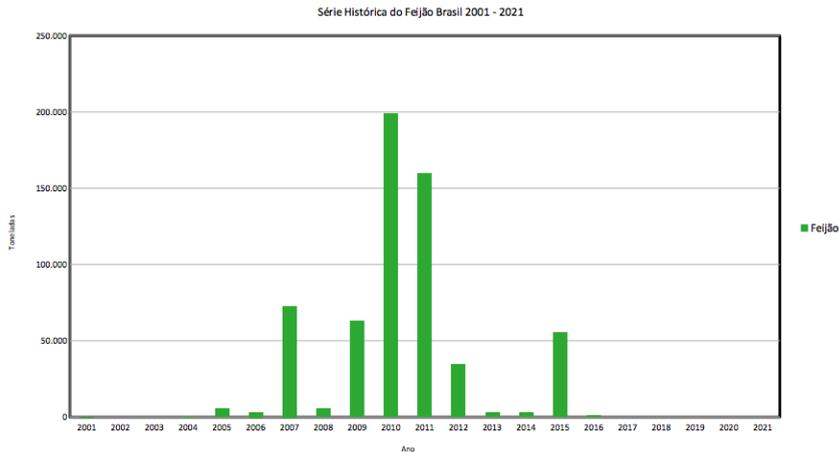


Fonte: IBGE, 2021.

Dados sobre insegurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2020 conforme as categorias leve, moderada e grave.

Quantidade de feijão, em toneladas, nos estoques públicos. O Gráfico 4 mostra que, a partir do governo Temer, em 2017, os estoques públicos de feijão foram zerados.

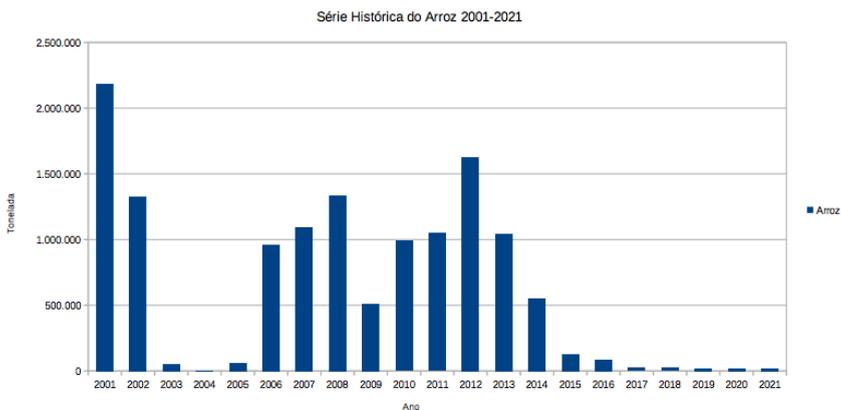
Gráfico 4 – Série Histórica do Feijão no Brasil entre 2001-2021.



Fonte: CONAB, 2021.

Quantidade de arroz em toneladas nos estoques públicos brasileiros. O Gráfico 5 demonstra que, a partir de 2017, os estoques foram reduzidos drasticamente.

Gráfico 5 – Série Histórica do Arroz no Brasil entre 2001-2021.



Fonte: CONAB, 2021.

Monerato et al.

Todo esse contexto revela quão contraditórias foram as políticas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto erradicavam a fome, fortaleceram o agronegócio ao especializar a produção e fundamentaram sua política social na exportação de commodities. Entretanto, como se viu nos gráficos acima, fortaleceram os estoques reguladores propiciando uma relativa autonomia na determinação dos preços dos principais alimentos da dieta brasileira. Já os governos golpistas posteriores, com fundamental destaque para o governo fascista de Jair Bolsonaro, com a destruição dos estoques reguladores, o padrão dos preços internos passou a ser definido diretamente pela Bolsa de Chicago. Ou seja, os trabalhadores brasileiros se veem totalmente dependentes da especulação internacional e a soberania alimentar do país aniquilada. Pois quem decide o que se planta, o quanto se planta, e por quanto se vende é totalmente determinado pelas empresas multinacionais monopolísticas. Tal fato não é surpresa, uma vez que o governo de Jair Bolsonaro sempre se colocou como subserviente aos interesses norte-americanos.

Entretanto, vale ressaltar que a política social dos governos Lula e Dilma, mostrou-se superficial. Pois, apenas quatro anos da sua derrubada, os golpistas pró-imperialistas fizeram a fome voltar e crescer vertiginosamente. Foram adotadas políticas paliativas sem colocar em xeque as verdadeiras causas da fome, ou seja, a estrutura agrária do país, e assim sem estabelecer alicerces sólidos para o exercício da soberania alimentar plena. Enquanto o território brasileiro for controlado pela aliança histórica entre latifúndio e capital financeiro não se poderá alcançar realmente a soberania alimentar e erradicar de vez esse fenômeno tão cruel quanto a fome.

Considerações Finais

No início dos anos 1970, o mercado mundial de alimentos foi transformado com o fim da política de ajuda humanitária dos EUA e a transferência do poder de estabelecer os preços internacionais ao agronegócio e às corporações multinacionais de processamento de alimentos. A alta desenfreada nos preços que se seguiu intensificou o problema da fome e desnutrição nos países da periferia do capitalismo. Como solução para este dilema, os EUA propuseram a esses países a adoção do “pacote tecnológico” para aumentar a produtividade da lavoura dos alimentos.

A ditadura civil-militar brasileira financiou a implementação desta “Revolução Verde” na agricultura brasileira, privilegiando o setor agroexportador. Conseqüentemente, a disponibilidade de alimentos no mercado interno foi reduzida e os preços dispararam. O choque do petróleo agravou a situação tanto pelo incremento na oscilação dos preços dos alimentos quanto pela concorrência por terras férteis que a produção do combustível alternativo ao petróleo, o álcool, impôs à produção de alimentos. A consolidação do agronegócio no país neste período custou o aumento expressivo do problema da fome no país, que atingia

70% da população brasileira na década de 1970.

Enquanto o contexto das décadas de 1960 e 1970 ainda possibilitava o argumento de que a fome era um problema de oferta de alimentos, os desenvolvimentos posteriores da agricultura no mundo, e, em especial, no Brasil, colocaram por terra essa hipótese. Embora seja fato que o controle dos monopólios da comercialização, dos insumos básicos, e da produção propriamente dita, seja um obstáculo a solução do problema da fome, o conjunto da política social desenvolvida pelos governos do PT entre 2003-2016 mostrou ser possível por meio de uma decisão política reduzir a fome a um patamar inédito na história desse país, através da formação de estoques públicos, de compras estatais e do fortalecimento dos pequenos agricultores.

Contudo, essa política social atuou na esfera da distribuição de renda, enquanto do ponto de vista do alicerce produtivo e comercial a política do governo em aliança aos interesses norte-americanos fortaleceu o poder monopolístico das grandes empresas do agronegócio, especializando a pauta produtiva e tornando o país ainda mais dependente da exportação de matérias-primas. Ou seja, alicerçou a política social nas divisas estrangeiras. Enquanto o preço das commodities permitiu, esta teve sucesso. Mas findo o ciclo de alta, o governo se viu ainda mais refém da bancada ruralista, que em conluio com os Estados Unidos e seu Departamento de Estado atuaram para derrubar o governo petista, e praticamente todos governos progressistas no continente latino-americano.

Nesse sentido, a análise deste artigo procurou mostrar o quão a fome atual é um fenômeno político em toda a sua amplitude. Pois, os golpistas que assumiram o poder acabaram com todas as políticas sociais existentes, praticamente extinguíram os estoques públicos de alimentos essenciais e, mostrando o seu total alinhamento ao imperialismo norte-americano, tornaram o mercado de alimentos nacional totalmente dependente das decisões especulativas estrangeiras. Deste modo, é evidente que a fome de milhões de brasileiros fica a mercê da geopolítica internacional e da disputa militar pelo controle das fontes do petróleo mundial. Agronegócio, geopolítica e política interna se articulam de modo perverso para recolocar mais da metade da população brasileira numa das situações mais cruéis que se pode imaginar: a fome. Enquanto a propaganda televisiva repete todos os dias que o Brasil é o celeiro do mundo, 116 milhões de brasileiros passam fome devido a uma decisão política dos golpistas, com especial destaque para a dupla neoliberal-fascista, Paulo Guedes e Jair Bolsonaro – que traduzem de forma descarada os interesses imperialistas no território nacional.

A fome como fenômeno político, mais do que econômico. Eis nosso argumento central. E assim, como no início da década de 1980, o movimento contra a carestia foi um dos pilares fundamentais para a derrubada da ditadura militar, é preciso transformar essa tragédia atual numa ampla movimentação

Monerato et al.

de massas com objetivo de derrubar este governo e sua política deliberada de matar milhões à mingua. Ao mesmo tempo, procuramos apontar que esse movimento de luta contra a fome deve ser radical e ir às raízes do problema. É preciso que a luta contra a fome no Brasil coloque como questão central a necessidade de uma reforma agrária, que acabe com o latifúndio e desenvolva uma estrutura agrária com objetivo de produzir alimentos para o mercado interno; que diversifique a pauta produzida, mas que fundamentalmente altere a estrutura de poder historicamente concentrada nas mãos de poucos. Deste modo, poder-se-á falar de fato na conquista da soberania alimentar que resolva a questão da segurança alimentar para além das mudanças de governo.

Referências

BRASIL. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 de março, 2004**. Brasília: Consea, 2004.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Brasília: MME/EPE, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroenergia**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos/pna-2ed-portugues.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

CASTILHO, Carlos. Agro dolares: Nueva Arma del Imperio. *In*: BERLAN, J.P.; CHABERT, J.P.; MARLOIE, M. *et al.* **La Guerra Mundial por Los Alimentos**. Buenos Aires: Ediciones SINTESIS, 1994.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço?). 10º Ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1982.

FOLHA. Em um ano de pandemia, alta em preço de alimentos é quase o triplo da inflação. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/em-um-ano-de-pandemia-preco-dos-alimentos-sobe-quase-tres-vezes-a-inflacao.shtml?>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

HENNI, Ahmed. Alimentos Norteamericanos contra Petróleo Árabe. *In*: BERLAN, J.P.; CHABERT, J.P.; MARLOIE, M. *et al.* **La Guerra Mundial por Los Alimentos**. Buenos Aires: Ediciones SINTESIS, 1994.

HOYOS, Cláudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, Presidente

Prudente, Ano 20, n. 35, jan-abr de 2017, p. 174-198. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

ISTOÉ Dinheiro – **Mais de 116 milhões de brasileiros não tem comida suficiente ou passam fome diz pesquisa**. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/mais-de-116-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-comida-suficiente-ou-passam-fome-diz-pesquisa/>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

MANABE, Victor. B.; SILVA, João dos S. V. Da, Estudo da expansão de áreas de cana-de-açúcar na Bacia do Alto Paraguai. In: **Embrapa Informática Agropecuária- VI Mostra de estagiários e bolsistas 2010**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/23924/1/p064.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A Desnutrição e o planejamento econômico-social. **Revista Saúde em Debate**. São Paulo, n.3, abr/maio/jun., 1977. Disponível em: http://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=TO-DOS&pesq=&x=23&y=17. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo de Souza. *Geopolítica da Fome*. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Ed. 162, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/geopolitica-da-fome/>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

SILVA, José Graziano da. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.27, n.3, 1989, p. 309-326. Disponível em: <https://revistasober.org/journal/resr/article/5d874d510e8825f37339c6a>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.

The Economist, **Fuel por Friendship**. 2007. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2007/03/01/fuel-for-friendship>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

UOL-Economia. **Petróleo fecha a preço recorde de US\$ 140,21 em Nova York**. 2008. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2008/06/27/ult1767u123046.jhtm>. Acesso em: 03 de out. de 2008.

VASCONCELLOS, Francisco José Guedes de. Do homem-caranguejo ao homem-garibu: uma interpretação da trajetória da fome no Brasil. **Revista Saúde em Debate**, Paraná, n.44, Set., 1994. Disponível em: <http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 19 de jun. de 2021.